

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOTTA, J. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

VIEIRA, G. Modernização do Ensino no Exército. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Roegiers, Xavier e De Ketele, Jean-Marie. Uma Pedagogia da Integração: competências e aquisições no ensino. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Perrenoud, Philippe e Thurler, Monica Gather. Macedo, Lino de; Machado, Nilson José e Alessandrini, Cristina Dias. As Competências para Ensinar no Século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. MD/Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Processo de Transformação do Exército. 3. ed. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. MD/Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. ProForça. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. MD/Exército Brasileiro. Comandante do Exército. Portaria Nº 133, de 28 de fevereiro de 2012. Determina a atualização da Diretriz de Implantação do Processo de Transformação do Exército Brasileiro. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. EB60-IR-05.008: Instruções Reguladoras do Ensino por Competências. 1ª. ed. Brasília: DECEX, 2013..

BRASIL. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências, Presidência da República, Brasília, DF..

BRASIL. Lei nº 9.364, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 5ª ed. 2010.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Tradução alemão/inglês: Howard M. e Paret P. Tradução inglês/português: Valle, do, L. C. N. S. Disponível em: <<http://pensamentos-nomadas.files.wordpress.com/2012/11/da-guerra-carl-von-clausewitz.pdf>>. Acesso em: 02 JUL 14.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. et al. Uma concepção pedagógica de Ensino Militar. In: Currículo: limites e possibilidades. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, 2010.

RODRIGUES, Fernando. Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro 1905 – 1946. Jundiaí, Paco Editorial: 2010. 1ª ed.

SAVIANI, Demerval. As concepções pedagógicas na história da Educação Brasileira. In: Histedbr. O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil. Campinas: 2005.

Castro, Domingos Poubel. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. Integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Planejamento, Orçamento, Finanças, Contabilidade, Auditoria e Organização dos Controles Internos, como suporte à Governança Corporativa. São Paulo: Atlas, 2013.

APRENDENDO IDIOMAS: BICHO DE SETE CABEÇAS?

Filipe Rodrigues Pinheiro¹

O Brasil é um país riquíssimo, em todos os aspectos. A seara da linguística não poderia ser diferente: o português, seu idioma oficial, é acompanhado por 274 dialetos indígenas, segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Abundam, também, núcleos de imigrantes que ainda conservam o idioma de seus antepassados d'além-mar (do japonês ao ucraniano, passando pelo pomerano, o italiano, o holandês, o hebraico e tutti quanti). Igualmente importante é a Língua Brasileira de Sinais, utilizada pela comunidade de surdos e seus intérpretes. ¹

A educação formal de idiomas, no Brasil, começou por ocasião das escolas mantidas pelos padres Jesuítas, quando já eram ministradas aulas de latim e, antes disso, o próprio português já poderia ser considerado idioma estrangeiro, durante a colonização e catequização dos índios. Tal catequese, promovida pela Companhia de Jesus, perdurou de 1549 (com a vinda de São José de Anchieta e Padre Manoel da Nóbrega, dentre outros) até 1750 (por ocasião das Reformas Pombalinas). Isso trouxe grande avanço educacional, conferindo um salto qualitativo que saiu da mera transmissão da tradição oral para a educação formal dos idiomas clássicos, mais

eruditos e sofisticados. ²

Reformas educacionais foram várias, desde aquele período, e hoje voltamos a ter o ensino de língua estrangeira nas escolas públicas do país. Nesse meio tempo, infelizmente, o ensino de idiomas estrangeiros foi “glamourizado” no Brasil. O que era obrigatório passou a ser opcional, e a opção restringiu-se de tal forma que apenas as classes econômicas ditas média e alta podem pagar por cursos extracurriculares para que seus filhos aprendam inglês, espanhol ou outra língua após o período de ensino formal. Como na parábola bíblica que narra a Torre de Babel, o brasileiro médio parece perdido no cenário internacional, carente de compreender o que falam nossos vizinhos hispanoglotas e tampouco a enxurrada de informações que a internet, os video games, a propaganda, as séries televisivas e os filmes estadunidenses, todos eles em inglês. Outras línguas, então, só mesmo os supracitados descendentes de imigrantes dominam (cada vez menos) os dialetos de seus avós e bisavós, já bem diferentes das chamadas Línguas Estrangeiras Modernas (LEM), mais alinhavadas com os ditames do mundo globalizado. As exceções ao postulado neste parágrafo requerem um esforço extra, além do dia a dia

¹ o autor é Capitão de Cavalaria e serve no Comando da 3ª Divisão de Exército, mais especificamente no Centro de Adestramento e Avaliação – Sul; é habilitado nos idiomas inglês, espanhol e francês, além de cursar Licenciatura em Letras Português, Inglês e Literaturas no Centro Universitário Franciscano, em Santa Maria – RS. Neste estabelecimento de ensino, aprende a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nível básico.

escolar de nosso país.³

No Exército Brasileiro, a “corrida” pela habilitação nos exames de proficiência em idiomas estrangeiros toma vulto cada vez maior, em apoio a diversas missões as quais se apresentam, naturalmente, somente àqueles que dominam tal ou qual língua requerida. Os exames de proficiência linguística são, afinal, uma “peneira” muito excludente – porém necessária – que foge do escopo da formação técnico-profissional do militar, muito embora tenhamos as disciplinas de Línguas Inglesa e Espanhola, na AMAN. Ainda que sua aplicabilidade se torne cada dia mais óbvia, ainda há certa relutância por parte dos integrantes da Força Terrestre em se dedicar a esse mister, fruto, talvez, da fragilidade do ensino regular pregresso. Para diminuir esse hiato foi criado o Curso de Idiomas Virtual (CIV), conduzido pelo Centro de Estudos de Pessoal (CEP), na modalidade de ensino a distância.⁴

Cabe ao militar, portanto, se adequar à realidade educacional do país: se sua geração não foi contemplada com o ensino público de LEM, busque seu aprimoramento pessoal: estude! Não só cursos e estágios na força fazem do Exército uma instituição forte. Em um cenário globalizado, é cada vez mais necessário o intercâmbio de ideias nas diversas áreas do conhecimento, maior a necessidade de intérpretes e mais vital a capacidade de se comunicar com as forças armadas de outras nações.

Raciocinando mais além, chega-se à conclusão de que não devemos nos submeter ao estudo de línguas com o foco apenas na aplicação militar: se conhecimento não ocupa espaço, compreendamos, por definitivo, que ao entender outras culturas e ser capaz de ler e ouvir produtos culturais estrangeiros, nossa vida pessoal se torna mais ilustrada e diversificada. Estudemos, pois, no intuito de fomentar nossa formação humanística, engrandecendo nossa maneira de enxergar o mundo, podendo, ainda, contribuir com o Exército Brasileiro em missões que exigem o domínio desses idiomas. Dessa forma, todos

ganham: o indivíduo, a instituição e as missões de ambos.

Entretanto, há, também, a dificuldade em se encontrar um bom curso, que caiba no orçamento familiar, dependendo da guarnição onde se serve e mesmo da qualificação dos professores disponíveis. Nesse caso, sugere-se a imersão total no aprendizado. Eis algumas sugestões:

1. Um sem-número de sítios na rede mundial de computadores pode auxiliar nessa tarefa – seja uma enciclopédia, seja um software de viés pedagógico;

2. Há, da mesma forma, diversos aplicativos de smartphone que vão desde dicionário on line até jogos de memória para enriquecer o vocabulário, os quais podem ser consultados a qualquer momento, em qualquer ocasião;

3. Ler livros infantis ilustrados, de palavras simplificado, ajuda sobremaneira a adquirir um rápido entendimento dos principais tempos verbais e dos termos e expressões mais recorrentes – no começo dos estudos, quando tudo é novidade, nada melhor que buscar os produtos culturais voltados às crianças! –;

4. Seguir páginas no idioma-alvo nas redes sociais nos obriga a “passar os olhos” em alguma notícia que pode despertar nossa atenção durante aquele momento de descontração, enquanto navegamos nas diversas mídias;

5. Assistir o mesmo filme ou série televisiva de que se goste por duas ou três vezes, sendo a primeira com legendas em português, a segunda com legendas no idioma-alvo e a possível terceira vez sem legenda alguma (já sabemos o que vai acontecer no enredo; assim, depois da primeira vez, focamos na pronúncia e na articulação das frases!);

6. Ouvir falantes estrangeiros utilizando a língua-alvo, que não seja a sua própria (assim, deixamos de tentar imitar de maneira idêntica a pronúncia do nativo e quebramos aquela barreira fonética que nos deixa encabulados, de início); e

7. Qualquer outra forma, ao gosto de cada um de nós, desde que passe a fazer parte de nossa rotina, seja agradável, lúdica ou mesmo prazerosa.

Somado a isso, é válido ressaltar que temos a assimilação do aprendizado da primeira língua estrangeira no lado direito do cérebro, enquanto o idioma nativo fica do lado esquerdo. Ao aprender a segunda língua estrangeira, associa-se à primeira, e não à nativa! Assim, quanto mais idiomas se sabem, mais fácil fica o processo de assimilação, pois se trabalha no mesmo lado do cérebro, e a habilidade linguística só faz aumentar.⁵ Enfim, pode-se concluir que a aprendizagem de um ou mais idiomas estrangeiros não é, de forma alguma, um bicho de sete cabeças; é, sim, um bicho de uma só cabeça: a sua. Aos estudos!

¹ Disponível em: www.ibge.gov.br

² Leia mais em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/historia-educacao/>

³ Mais informações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

⁴ Para melhor entendimento, consulte a Portaria nº 153-EME, de 16 de novembro de 2010 (aprova a Diretriz para o Sistema de Ensino de Idiomas e Avaliação de Proficiência Linguística do Exército), a Portaria nº 186-DECEX, de 12 de dezembro de 2014 (aprova o calendário anual, o valor da taxa de inscrição, a sugestão de referência bibliográfica, as organizações militares sedes de exame e os comandos militares de área para o exame de proficiência linguística escrito e o exame de proficiência linguística oral a serem realizados no ano de 2015) e a Portaria nº 003-DECEX, de 12 de janeiro de 2015 (aprova as condições de funcionamento, o calendário anual, o valor das mensalidades, a referência bibliográfica e as organizações militares sedes de exame do Curso de Idiomas Virtual, para o ano de 2015).

⁵ Aprenda mais sobre isso em: <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1602/3/asneu-rocenciasaoservi%C3%A7odalinguagem%20%281%29.pdf>